

## **SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: conservadorismo ou direção histórico-crítica?<sup>1</sup>**

Lívia Figueiredo Pequeno



### **1. Introdução**

O presente ensaio é produto parcial da pesquisa para a elaboração da nossa dissertação de mestrado, cujo objeto de análise é a direção social da ação dos assistentes sociais inseridos no projeto Agência de Famílias, ou seja, a discussão acerca da dimensão ético-política posta no trabalho cotidiano desses profissionais, que é desenvolvido pelo Banco da Providência.

Este projeto compõe as ações desenvolvidas pelo Banco da Providência, entidade filantrópica, ligada à Igreja Católica, que trabalha com ações assistenciais voltadas para a geração de renda e para o trabalho.

O projeto Agência de Famílias, composto por dezoito agências, que atende aproximadamente, a noventa comunidades de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro, desenvolve-se por meio de ações profissionais baseadas em duas etapas principais. A primeira trabalha as habilidades básicas necessárias ao protagonismo e à corresponsabilidade das famílias atendidas.

Esta etapa é realizada através de um curso de formação para o mundo do trabalho, no qual são trabalhadas várias temáticas, tais como: identidade, pertencimento e vínculo comunitário, direitos sociais, trabalho em equipe, relações de trabalho, trabalho formal e informal, família, dentre outras. O curso é ministrado pelos assistentes sociais e psicólogos da instituição. A segunda etapa trabalha

---

<sup>1</sup> O presente ensaio é produto da elaboração de dissertação de mestrado que está sendo realizada pela autora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orientada pela Prof. Dr. Valéria Forti.

habilidades específicas voltadas para a inserção no mercado de trabalho – formal ou informal – por meio de cursos profissionalizantes e acesso à agência de empregos.

O projeto Agência de Famílias faz parte de um programa institucional de inclusão social. O objetivo principal deste programa é “incluir socialmente” a população usuária, definindo como inclusão social o aumento de renda familiar e inserção no mercado de trabalho, seja de que forma for, priorizando, portanto, um viés puramente econômico. Desta forma, o projeto tem como critério de elegibilidade famílias com renda *per capita* abaixo de cento e quarenta reais (R\$140,00), sendo incluídas ao atingirem *per capita* superior a este valor.

Entendendo que o profissional de Serviço Social inserido neste projeto exerce as ações/atividades descritas, pretendemos por meio de nosso estudo verificar se essas ações realizadas pelos assistentes sociais contribuem para a reprodução da dominação capitalista meramente, uma vez que auxiliam no processo de reprodução da força de trabalho, evidenciando a promoção/legitimação da conformidade, ou se buscam a garantia dos direitos dos usuários, captando a contradição e promovendo formas e estratégias profissionais que viabilizem a resistência a tal dominação. Além disso, pretendemos perceber se pela forma inconsistente da captação das contradições inerentes à realidade social e institucional, os profissionais têm ações caracterizadas pela ambiguidade.

A pesquisa pretende enfatizar a compreensão da direção social, do significado e das implicações do fazer profissional dos assistentes sociais inseridos no projeto Agência de Famílias. Para tanto, se fará necessário perceber a direção social da ação do profissional, ou seja, o significado dessa ação, a direção ético-política; se ocorre e, em que medida ocorre, a materialização dos princípios éticos-políticos profissionais no cotidiano do trabalho profissional.

Diante disso, levantamos algumas indagações sobre a prática e o fazer profissional dos assistentes sociais do Banco da Providência: Será que as ações desenvolvidas pelos profissionais são conservadoras? Será que trazem aspectos de uma prática rotineira e burocratizada? Ou são ações que buscam superar a imediatividade na captação e confrontação dos fenômenos sociais? Os profissionais buscam se qualificar teoricamente para perceber e intervir nas demandas apresentadas no exercício profissional? Em qual teoria se apoiam para entender a realidade social e buscar respostas aos desafios impostos ao assistente social na atualidade?

Para atender todos estes questionamentos, será necessário também entender o contexto sócio-histórico em que estão inseridos estes profissionais e seus rebatimentos no cotidiano profissional.

Desta forma, discutir a política de Assistência Social – uma vez que o projeto social em que estão inseridos os assistentes sociais pesquisados é um projeto de ações assistenciais – com os rebatimentos existentes no cenário brasileiro, com relação às novas configurações do sistema capitalista, principalmente após as investidas das políticas neoliberais é de suma importância para entender o espaço sócio-ocupacional dos profissionais que iremos pesquisar com suas contradições, limites e possibilidades. Além disso, também é relevante entender como a política de Assistência Social se configurou no espaço brasileiro, que entraves e desafios

encontrou neste processo e ainda possui na luta de afirmação desta política como direito e não como favor, estigma que sempre fez parte da sua história.

## **2. O Banco da Providência e a Assistência Social**

O Banco da Providência se caracteriza por ser uma instituição com viés conservador e assistencialista, entendendo as ações assistenciais como favor, *benesse*, solidariedade/fraternidade e não como um direito. A escolha por esta perspectiva fica perceptível, por exemplo, quando a instituição realiza ações como cursos profissionalizantes que fomentam atividades informais e de subemprego, reforçando cada vez mais o estigma de subalternidade da população usuária, com um discurso de “inclusão social”, “tirar da linha da pobreza”, “ajudar os mais necessitados”, “atender os mais pobres”.

Como aborda Mota (2009), são ações que expressam discursos contaminados de recorrências morais como “reparar injustiças”, “acabar com a fome”, “incluir excluídos”, todos em nome da cidadania, da democracia e da justiça social.

De acordo com Yazbek (2003), a presença do setor privado na provisão social não é uma novidade na trajetória das políticas sociais brasileiras, e o papel do terceiro setor na provisão de programas e serviços sociais vem assumindo eixo central no incipiente sistema de proteção social brasileiro. Segundo a autora, a articulação do Estado com o terceiro setor expressa a desresponsabilização estatal e a ausência de avaliação do gasto público e do impacto das ações desenvolvidas pelo setor, ocasionando, muitas vezes, duplicação de iniciativas.

As políticas sociais brasileiras, (...) embora aparentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização através da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da miséria social (SPOSATI *apud* YAZBEK, 2003, p.37).

Esta preocupação com a reprodução da força de trabalho está muito presente no Banco da Providência, pois o foco de intervenção do projeto é a geração de renda das famílias atendidas para que possam se inserir novamente no mercado de trabalho e saírem da linha da pobreza, ou seja, se reproduzirem socialmente dentro do sistema capitalista de produção.

Segundo Abreu (2008), a assistência social passa a ter um papel fundamental nos processos de organização da cultura, vinculados à hegemonia das classes dominantes.

A assistência social nesses processos de organização da cultura vincula-se à necessidade inerente à reprodução do capital de reatualizar as práticas

assistenciais imprimindo às mesmas um cunho “educativo ressocializador”, como mecanismos de controle social acionados para obter a adesão e o consentimento das classes subalternas ao padrão de acumulação instaurado a partir de então. E mais do que isso, a assistência social passa a ser um mecanismo pedagógico constitutivo de processos de organização da cultura, recolocando-se como uma modalidade de acesso do trabalhador a bens e serviços para o atendimento de necessidades básicas, envolvendo um complexo processo de manipulação ideológica sobre a realidade de vida desse trabalhador, bem como sobre os recursos institucionais (ABREU, 2008, p. 21).

A Assistência Social tem se constituído em instrumento privilegiado do Estado para o enfrentamento da pobreza, como uma ação compensatória ao acirramento das desigualdades sociais. Desta forma, a prestação de serviços assistenciais está imbricada na relação entre o capital e o trabalho, na medida em que atende aos trabalhadores inseridos ou não no mercado formal de trabalho, como os que se encontram excluídos do sistema produtivo. Com o crescimento da mão-de-obra e a baixa qualificação, muitas pessoas se encontram no setor informal da economia, trazendo baixa nos níveis salariais e desemprego, o que leva grande parcela da população a buscar os serviços assistenciais para sua sobrevivência.

Sendo assim, como coloca Yazbek (2003), as políticas sociais, especialmente no âmbito da assistência social, se tornam “uma modalidade de resposta à miserabilidade da população”.

Este panorama faz parte de um cenário mais amplo, que teve seu início no período posterior a Segunda Guerra Mundial, no qual se assiste a singular experiência de construção do *Welfare State* em alguns países da Europa, com destaque para o Plano Beveridge (1942) que aplicou as teorias keynesianas de redistribuição de renda e serviu de base para a reforma da estrutura da previdência social na Inglaterra e em outros países. Antunes (2008) coloca que se viviam os chamados *anos dourados* (1940/60), marcados pela vigência do Estado de Bem-Estar Social, período de clara simbiose entre este Estado e o padrão de acumulação taylorista e fordista. Desta forma, as economias industrializadas experimentam longo período de crescimento, baseadas no modelo fordista-keynesiano, sob a hegemonia dos Estados Unidos, mas que no início dos anos 1970, apresenta os primeiros e graves indícios de esgotamento.

De acordo com Netto & Braz (2008), para legitimar esta estratégia de reestruturação, o grande capital patrocinou e divulgou o conjunto ideológico que ficou conhecido como neoliberalismo. Esta ideologia preconiza maior liberdade das forças do mercado, desregulamentação, privatização do patrimônio público, abertura para o exterior, e menor intervenção estatal. Segundo os autores, o Estado foi demonizado pelos neoliberais e colocado como um trabalho anacrônico que precisava ser reformado. Daí resulta a ideia de reforma do Estado, em que o Estado precisa ser forte, porém, necessita diminuir as intervenções econômicas, mantendo o mercado livre. A ideia é transformar o Estado no que se chama Estado mínimo, ou

seja, que intervenha o mínimo possível na economia e racionalize ao máximo os gastos sociais.

(...) pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o roteiro de reforma (s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma (s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais (NETTO & BRAZ, 2008, p.227).

O Brasil, que teve seu processo de industrialização influenciado pelo modelo taylorista-fordista desde os anos de 1930, também passa por alterações significativas a partir, principalmente, dos anos de 1990, com o governo Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Console (2004), a década de 1990 representou o triunfo político-ideológico do neoliberalismo no Brasil, ou seja, o privilégio de uma possível estabilidade econômica em detrimento das políticas públicas voltadas para as áreas sociais.

As políticas neoliberais, ao se orientarem pela retração do Estado, se chocam com os interesses públicos e com os direitos universais, na medida em que, segundo Yazbek (2003), esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social, trazendo o retorno do Estado assistencialista que supõe uma regressão dos direitos sociais, expressos na focalização das políticas sociais em detrimento da universalização; da duplicidade de ações sem avaliação de impacto e redes públicas obsoletas e desestruturadas.

Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida (YAZBEK, 2003, p.41).

De acordo com Behring (2003), este retrocesso nas políticas sociais se deu articulado com o trinômio do ideário neoliberal para as políticas sociais: privatização, focalização e descentralização, compreendida como um mero repasse de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, como entes da federação, instituições privadas e Organizações Não-Governamentais (ONG).

Na medida em que o Estado atua com programas sociais pontuais, através de parcerias com as ONG, legitima a dominação das classes dominantes e reproduz a desigualdade social.

Nesse sentido, as políticas sociais assumem o papel de atenuar, através dos programas sociais, os desequilíbrios no usufruto da riqueza social entre as diferentes classes sociais, bem como os possíveis conflitos sociais

decorrentes das precárias condições de vida a que se encontram submetidas as classes subalternas (YAZBEK, 2003, p.41).

Diante do que viemos discutindo, destaca-se que a política de Assistência Social tem papel de suma importância neste estudo, entendendo-a como direito de cidadania e política social pública que é legitimada pela Constituição Federal de 1988 e passa a ser reconhecida e ter sua legislação específica, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, com novos conceitos e modelos de assistência social, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza.

Mesmo com o reconhecimento político-legal da Assistência Social como direito de cidadania e dever do Estado, não há uma efetiva atuação do poder público, como já foi trabalhado anteriormente, o que reforça uma ação fragmentada e tendenciosa aos interesses hegemônicos. Abreu (2008, p. 22) ressalta esta questão de forma muito clara quando coloca que

(...) nem as mudanças introduzidas no âmbito legal-institucional, nem as experiências daí resultantes significaram uma superação do assistencialismo e filantropismo na trajetória dessas práticas no país e de seus efeitos subalternizantes e perversos sobre as classes subalternas.

De acordo com Mota (2009), na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, o Estado capitalista vem ampliando o campo da Assistência Social e, além dos pobres, miseráveis e inaptos para produzir, os desempregados também começam a fazer parte de sua clientela. Assim, a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não uma das ou parte da política de proteção social.

Vianna (2008) ao abordar a reforma do Estado e suas implicações na política social, salienta duas estratégias das classes dominantes para o enfrentamento da questão social: o empreendedorismo à la Yunus e o assistencialismo à la Madre Tereza de Calcutá, que para a autora, constituem os pilares de uma “nova” concepção de política social, tidas como capazes de substituir as vantagens colocadas pelo Estado de Bem-Estar Social e seu padrão universal de proteção social.

Cada estratégia possui três premissas básicas. No caso do empreendedorismo, a primeira premissa define a questão social, de forma reducionista, igualando-a a pobreza. A pobreza é entendida como uma situação em que os indivíduos não têm certos dotes, e uma vez adquirindo-os podem ultrapassar a linha da pobreza. A autora coloca que “não se trata de somente ensinar a pescar; a estratégia de inclusão passa também por facilitar o acesso ao anzol – e o microcrédito é o instrumento ideal, mesmo que não haja peixes para serem pescados” (*Ibid.*, *Op. cit.*, p.148).

A segunda é a de que as políticas públicas de natureza coletiva, universal são ineficazes em lidar com a questão social, são caras, desperdiçam recursos etc. E a terceira premissa é a de que a inclusão significa entrar no mercado de trabalho não

importa como. “O incluído não é mais o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais; é produtor/consumidor de mercadorias (mesmo que a mercadoria seja pipoca); a marca da inclusão não é mais a carteira de trabalho, esse obsoleto documento, e sim o CPF, que habilita o indivíduo a entrar de cabeça erguida numa instituição bancária (ainda que seja um banco dos pobres)” (*Ibid.*, p.149).

Com relação à estratégia Madre Tereza de Calcutá, a primeira premissa coloca que a política social é vista como política assistencial para os pobres, como medidas de alívio à pobreza. A segunda identifica a política social como bondade e, a terceira é que “essas novas políticas para os pobres, ao implicarem certas condicionalidades, funcionam como mecanismos de empoderamento. A comunidade, o que equivale a dizer os beneficiários das ações positivas é incentivada a participar de conselhos, a frequentar cursos, a valorizar a escolaridade etc.” (VIANNA, 2008, p.150).

Os usuários atendidos no projeto Agência de Famílias fazem parte deste universo de desempregados, atendidos pelas políticas sociais, principalmente a Assistência Social. Percebe-se que as ações desenvolvidas pelo projeto reafirmam estas estratégias abordadas por Vianna. As famílias buscam a inclusão no mercado de trabalho – não importa como – e a responsabilidade para conseguir é direcionada totalmente para os indivíduos. Cada um deve “correr atrás”, buscar estratégias de geração de renda para ter acesso aos meios de sobrevivência e aos bens de consumo da sociedade.

O que chama a atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras. Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da pedagogia da hegemonia, consistiu em definir este segmento de classe como “excluídos” e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão. (MOTA, 2009, p.141).

Podemos dizer que os usuários do projeto estão incluídos no sistema produtivo de uma forma excludente, na medida em que estão produzindo, fazendo parte das relações de produção, mas desprovidos de seus direitos sociais, como acesso à saúde, à educação, à moradia, à alimentação, ao trabalho, entre outros.

Decerto, com o cenário atual do capitalismo, com o mercado mais competitivo, exigindo mão-de-obra cada vez mais qualificada, regulado por relações de trabalho fragmentadas e instáveis; a população atendida pela assistência social se vê cada vez mais fora deste mercado. O mercado atual provavelmente não absorverá esta população e, por isso, ela é obrigada a buscar outras formas de subsistência e geração de renda.

Behring (2008) ressalta que neste debate sobre as políticas sociais, a tendência é de redução dos direitos e limitação das possibilidades preventivas e redistributivas das políticas sociais, colocando em curso o já citado trinômio do neoliberalismo. Neste cenário, observa-se o deslocamento da discussão da pobreza

da questão social e seus elementos fundantes, para a pobreza como ausência de capacidades individuais para assegurar a vida.

A autora ainda expõe que o Estado busca apenas administrar a pobreza em vez de combatê-la e erradicá-la efetivamente. Desta forma, a política social

(...) estaria focada nos que estão em desvantagem de capacidades – os pobres – transformando-se numa estratégia política para lidar com os que não têm condições de ingressar no mercado formal de trabalho e, moldando o comportamento político, econômico e civil do exército industrial de reserva (BEHRING, 2008, p. 157).

Neste panorama de relações de forças na efetivação das políticas sociais, em que um Estado democrático de direitos está longe de acontecer, Behring & Boschetti (2008) acreditam que o profissional de Serviço Social tem papel fundamental e tem sido partícipe desta árdua luta. Isto porque o projeto ético-político da profissão não se coaduna com o modelo capitalista de Estado de direitos.

### **3. Considerações Finais**

Diante do cenário que configura a política de Assistência Social no espaço profissional do Serviço Social, vislumbram-se grandes desafios para os profissionais dessa área. Dentre eles, pretendemos destacar como o assistente social pode atribuir direções distintas, ou seja, pode ou não atribuir um significado às suas ações profissionais que esteja de acordo com os valores do projeto ético-político da profissão. Esta direção pode ser percebida por meio do exercício profissional cotidiano e, principalmente, pela dimensão ético-política deste exercício, uma vez que esta é a dimensão que pode atribuir sentido à ação profissional.

Tendo como foco o espaço profissional do Banco da Providência, uma grande questão se coloca: será que o assistente social que se vê mergulhado em solicitações que em grande parte referem-se ao assistencialismo e à reprodução da subalternidade de classe pode realizar uma ação não conservadora, uma ação que consiga apreender a realidade social sem obscurecer a essência dos fenômenos sociais? Além disso, é importante ressaltar que o assistente social, de acordo com seu projeto ético político, tem o compromisso com a classe trabalhadora, no sentido de ampliar e consolidar a cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora, demonstrando que, muitas vezes, os objetivos profissionais não são os mesmos da instituição.

Como analisa Iamamoto (2001), é necessário romper com uma visão endógena, de dentro do Serviço Social. É preciso atentar para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade, pois atualmente, temos um contexto sócio-histórico com vários dilemas, o que evidencia uma constante necessidade de competência dos profissionais para enfrentá-los.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (*Ibid.*, p. 20).

Para tanto, o profissional precisa ter como base uma teoria que possa ajudá-lo a desvendar as contradições postas na realidade e desenvolver alternativas profissionais que evitem uma atitude fatalista do processo histórico e, como ressalta Iamamoto (2001, p. 21), por extensão, do Serviço Social.

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Quando Iamamoto coloca que as possibilidades não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais, significa que são necessárias mediações entre a realidade e ação profissional propriamente dita, percebendo o objeto profissional em seu âmbito singular, universal e particular e as relações que se estabelecem entre estes.

Pontes (2000) enfatiza que para o profissional desenvolver sua intervenção com êxito e em consonância com o projeto ético-político é necessário a reconstrução ontológica de seu objeto de intervenção profissional. Para isso, é preciso entender os campos da singularidade, universalidade e particularidade, vendo a ação profissional como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais constitutivas dos complexos sociais.

O Serviço Social é uma das profissões inscritas na divisão sociotécnica do trabalho na ordem social capitalista madura e caracteriza-se por ser uma profissão interventiva. Por isso, necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios de transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-la cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais em que atuam. Este enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica a altura de sua complexidade. É nesse ponto que a categoria de mediação aporta uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do assistente social (*Ibid.*, *op. cit.*, p. 43).

Mas, muitos profissionais consideram que a teoria deve ser aplicada na realidade, produzindo automaticamente o efeito esperado. Entretanto, isto não é possível sem realizarmos as mediações necessárias, sem pensar as peculiaridades daquela realidade, ou seja, sem apreender os nexos com sua totalidade. Esta

questão é muito bem trabalhada por Forti & Guerra (2010) quando buscam esclarecer a ideia de que “na prática a teoria é outra”.

Coelho (2010), ao discutir esta questão, salienta que quando o profissional de Serviço Social afirma que os conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos que são transmitidos na nossa formação profissional não servem ou não têm aplicabilidade no exercício profissional, estão dizendo que somente a sua verdade, a sua experiência vai traduzir a sua prática. Esta verdade é uma verdade que vem do saber imediato, portanto, este saber se torna a teoria que fundamenta suas ações, ou seja, reforça a ideia de que, na prática, a teoria é outra.

Segundo Forti & Guerra (2010, p. 19), só se alcança a essência dos fenômenos através do conhecimento científico.

Não obstante o conhecimento nos fornecer a compreensão da sociedade em que estamos inseridos e na qual se inserem nossos objetos de intervenção, dele nos cabe extrair também a compreensão desses objetos e do modo de agirmos profissionalmente – quando e como interviremos? Mais do que isso, o conhecimento teórico (ético-político) é que nos permite imprimir sentido à nossa ação, uma vez que a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado e das implicações desse fazer profissional.

Por isso a importância do assistente social exercitar o tempo todo, no seu fazer profissional, a capacidade de criticar a realidade social com suas múltiplas contradições e processos dinâmicos, entendendo que para isso, é condição fundamental a continuidade na sua sustentação teórica, política e ética.

Sabemos que o profissional de Serviço Social possui uma relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, ele é responsável pelo rumo imprimido em suas ações e pela forma de conduzi-las. Isto ocorre, pois não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, ou seja, não se pode pensar a profissão sem entender que o assistente social é um trabalhador assalariado e possui limites definidos pelas instituições empregadoras. Mas, mesmo assim, tem a escolha de imprimir uma direção social à sua ação de acordo com o que Coelho (2010, p. 38) resolveu chamar de racionalidade histórico-crítica.

A razão dialética histórico-crítica pressupõe o saber imediato e o entendimento, mas os ultrapassa e reproduz o desenvolvimento da realidade em seu movimento contraditório, em sua complexidade. Ela torna-se a teoria social que extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas.

A partir desta perspectiva, é possível desvelar a realidade social, pois se parte do imediato, onde se encontram ocultas as múltiplas relações entre o singular, o universal e o particular, para chegar à apreensão das diversas mediações capturadas no movimento dialético da realidade.

Atualmente, muitos profissionais de Serviço Social estão inseridos em instituições, como o Banco da Providência, que trazem um arcabouço histórico de cunho assistencialista e o grande desafio é buscar uma estratégia institucional que possa, por meio das diversas mediações existentes, fomentar ações que contribuam para a emancipação humana e a garantia de direitos sociais, entendendo o indivíduo como sujeito da sua própria história.

“As estratégias de radicalização a qualquer preço, como a estratégia de acomodação a qualquer preço, já não servem mais na perspectiva de compreensão da intervenção profissional como uma relação de forças” (FALEIROS, 2003, p.28).

Já não cabe mais o rompimento com o espaço institucional, num radicalismo sem volta. É importante entender a instituição como um espaço de luta e interesses contrários que, muitas vezes, pode se tornar um aliado na garantia de direitos dos usuários. E, também, não dá mais para se acomodar e reproduzir uma ação fatalista, em que nada é passível de mudança.

No espaço da prática profissional devemos construir outras formas de pensar e agir e Yamamoto (1998) ressalta sobre esta questão que a linguagem é o meio privilegiado através do qual se efetiva a ação persuasiva ou de controle do profissional. Trata-se de uma ação global de cunho sócioeducativo ou socializadora que pode modificar a maneira de ser, pensar e agir dos indivíduos.

O que se observa no espaço institucional do Banco da Providência é a permanência de um discurso voltado para a garantia dos direitos de cidadania, mas que, na prática, os serviços assistenciais oferecidos, não consideram os indivíduos como cidadãos, mas como beneficiários de uma ajuda, de uma *benesse*, de um favor, ou como a solução da pobreza.

Então, diante do entendimento que o assistente social precisa romper com a imediatividade na prática profissional, resta-nos verificar se as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais do Banco da Providência reproduzem o conservadorismo na profissão, com uma prática rotineira, burocrática, atendendo às demandas sociais que lhe chegam de forma imediata, sem considerar as mediações e as contradições sociais imbricadas na realidade social ou se rompem com este conservadorismo, através de uma racionalidade histórico-crítica, que visa

“estabelecer a relação entre imediatividade e mediação e demonstrar que a vida cotidiana frequentemente oculta a essência do próprio ser.” (COELHO, 2010, p.26)

Texto recebido em agosto de 2010.  
Aprovado para publicação em setembro de 2010.

### **Sobre a Autora**

**Lívia Figueiredo Pequeno** é assistente social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA)/UERJ, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em Responsabilidade Social e Gestão de Projetos Sociais pela Universidade Veiga de Almeida. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: [pequenus@yahoo.com.br](mailto:pequenus@yahoo.com.br)

### **REFERÊNCIAS**

- ABREU, M. M. **Serviço Social e Organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. *In:* SILVA, M. O. da S. & YAZBEK, M. C. (orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E.R. **Brasil em Contra Reforma** – desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e Seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. *In:* BEHRING, E.R & ALMEIDA, M.H.T. (orgs). **Trabalho e Seguridade Social:** percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.
- \_\_\_\_\_. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. *In:* **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XXIV, nº 73, 2003.
- BEHRING, E.R. & BOSCHETTI, I. **Política Social** – Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, v. 2, 2008.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *In:* **Assistente Social:** ética e direitos Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª região, 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- CARVALHO, R. & IAMAMOTO, M. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional *In:* **Assistente Social:** ética e direitos Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª região, 2000.
- COELHO, M.V. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. *In:* FORTI, V. & GUERRA, Y. (orgs.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.
- CONSOLE, P.V. **Juventude e Políticas Públicas:** a Experiência do Serviço Social com os Promotores Juvenis de Saúde no NESA (HUPE/UERJ). Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social/ UERJ, 2004, 158p.
- FALEIROS, V.P. **Saber Profissional e Poder Institucional.** São Paulo: Cortez, 2003.
- FORTI, V. & GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? *In:* FORTI, V. & GUERRA, Y. (orgs). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTA, A.E. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. Cortez: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_ (org.). **O mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J.P. & BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

PONTES, R.N. **Mediação:** categoria fundamental para o trabalho do assistente social. *In:* Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 4. Brasília (DF): CFESS/ABEPPS/ CEAD-UnB, 2000.

SPOSATI, A. de O. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIANNA, M. L. W. Reforma do Estado e Política Social: notas à margem do tema. *In:* **Trabalho e Seguridade Social:** percursos e dilemas. Behring, E. R & Almeida, M.H.T. (orgs). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:FSS/UERJ, 2008.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2003.